



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**INSPEÇÃO CORREICIONAL**

<b>Comarca</b>	Ananindeua
<b>Unidade inspecionada</b>	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Ananindeua
<b>Competência</b>	Privativa para os casos de juízo singular que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher e do Tribunal do Júri até a sentença de pronúncia – Resolução n. 27/2022-GP.
<b>Data da Inspeção/Edital</b>	26/10/2023 – Edital n. 09/2023-CGJ, publicado dia 02/08/2023.
<b>Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade</b>	Emanoel Jorge Dias Mouta - magistrado Emmanuel Martins Da Rocha Neto - assessor Paula Cristina Gomes Cuimar (diretora de Secretaria desde janeiro/2023)





## **1. INFORMAÇÕES GERAIS (Dados funcionais e Administrativos):**

### **1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

**Anotação da Unidade:** EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

**Observação da Corregedoria:** O Exmo. Sr. Dr. Emanuel Jorge Dias Mouta é o juiz titular da Unidade desde 07/01/2020.

### **1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:**

- a) Férias: 11/09/2023 à 30/09/2023 (20 dias)
- b) Folgas compensatórias: 17/10/2023 – Folga de plantão
- c) Licenças: -

### **1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) magistrado(a)?**

**Anotação da Unidade:** Dias 23, 24 e 25/06/2023

### **1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

**Anotação da Unidade:** Nenhum.

**Observação da Corregedoria:** O Diretor de Secretaria da Corregedoria expediu certidão nos seguintes termos: "**Informo**, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "**Ananindeua – Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - TJPa**", **não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares tramitando; Informo ainda**, que nada em tramitação foi localizado contra o magistrado titular da Vara, Dr. EMANOEL JORGE DIAS MOUTA (assumiu em 07/01/2020)."



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?**

**Anotação da Unidade:** 16/10/2023

**2. CORPO FUNCIONAL:**

**2.1. Quadro de pessoal:**

**2.1.1 Secretaria**

<b>Nome</b>	<b>Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/e stagiário/ terceirizado)</b>
Paula Cristina Gomes Cuimar	Analista Judiciário – Diretora De Secretaria
Aline Nunes de Souza da Silva	Analista Judiciário
Danilo Lisboa Cardoso	Analista Judiciário - Gabinete
Fabricio Lobato Moraes	Analista Judiciário
Ivanildo Silva	Auxiliar Judiciário
Lael Mesquita Teixeira	Auxiliar Judiciário
Paula Heloisa Sousa de Carvalho	Analista Judiciário
Sheila Colares Soledade	Auxiliar Judiciário
Simone Socorro da Silva Sampaio	Analista Judiciário
Vitor Tiago Pinheiro Cruz	Auxiliar Judiciário
Alana Beatriz Rodrigues Silva Rayol	Auxiliar Judiciário – Gabinete – Audiência
Katia Regina da Silva Motta	Auxiliar Judiciário
Bianca Kamila Souza de Castro	Estagiária



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**2.1.2. Gabinete:**

<b>Nome</b>	<b>Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/esta giário/terceirizado)</b>
Emmanuel Martins da Rocha Neto	Assessor – exclusivamente comissionado
Carlos Eduardo Vieira da Silva	Analista Judiciário
Patrícia Fernandes de Miranda	Analista Judiciário
Vitor Antonio Oliveira Baia	Analista Judiciário
Vanessa Gonçalves Bentes	Auxiliar Judiciário
Suzan Sara Morote do Nascimento	Estagiária

**QUADRO FUNCIONAL TOTAL DA UNIDADE:**

<b>Vínculo do(a) servidor(a)</b>	<b>Quantitativo</b>
<b>Efetivos(as)</b>	16
<b>Exclusivamente comissionados</b>	01
<b>Cedidos(as)/Requisitados(as)</b>	00
<b>Estagiários(as)</b>	02
<b>Terceirizados(as)</b>	00

**Observação da Corregedoria:** A atual Diretora de Secretaria assumiu as funções em janeiro de 2023, após remoção para a Comarca de Belém, da servidora Ana Carolina Girard.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**Tabela de lotação de pessoal da SGP/TJPA**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
TJP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeira Grau e Segunda Grau  
1º Semestre - 2018

Unidade	Código	Descrição	Município (2017)	UF	Situação	Vagas	Ocupadas	Reservados em lista de espera	Quantidade de servidores em lotação no cargo												Total de servidores em lotação no cargo	Servidores em férias de duração		Total de servidores em férias de duração											
									EX	CE	CO	CA	CC	CD	CE	CE	CO	CA	CC	CE		CE	CO		CA	CC	NO	PS							

**IPS - Painel de Gestão Judiciária**

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º CRAU

AMBIÊNCIA VÍDEO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E IMPEDIR CONT...

**IPS - Índice de Produtividade do Servidor**

15

Servidores em Secretaria

1

Servidores em Colegiado

1

Servidores Afiliados

**233**  
Índice de Produtividade do Servidor

**3.729**  
Processos Behaviors

**16**  
Servidor(es)

MAIORIA	NOME	CARGO	VÍDEO (T)	Índice (M)
00716	TEREZA FERNANDA DE OLIVEIRA	Analista Judiciária - Área Judiciária	100%	100%
00886	REGINA ELIZABETH DOS SANTOS	Analista Judiciária - Área Judiciária	100%	100%
00900	YANETE ALVES DOS SANTOS	Analista Judiciária - Área Judiciária	100%	100%
00906	RENATA SOARES	Analista Judiciária	100%	100%
00920	WALLACE LUIS SOARES	Analista Judiciária	100%	100%
00926	CRISTINA SOARES DOS SANTOS	Analista Judiciária - Área Judiciária	100%	100%
00930	ALICE SOARES DOS SANTOS	Analista Judiciária - Área Judiciária	100%	100%
00936	BRUNA SOARES DOS SANTOS	Analista Judiciária - Área Judiciária	100%	100%
11010	BRUNO SOARES DA SILVA OLIVEIRA	Analista Judiciária - Área Judiciária	100%	100%
00940	ANDRE TAVARES DOS SANTOS	Analista Judiciária	100%	100%
00946	ANDRÉ LUIZ ALMEIDA	Analista Judiciária - Área Judiciária	100%	100%
00950	ANDRÉ LUIZ ALMEIDA	Analista Judiciária	100%	100%

**2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho?** (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

**Anotação da Unidade:** Não



### **2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?**

#### **Anotação da Unidade:**

##### **SECRETARIA:**

São retiradas as listagens do painel de gestão de pessoas e distribuídas entre os servidores, que realizam o cumprimento de acordo com a antiguidade e a urgência do procedimento (medidas protetivas novas, PP+100). Ademais, ressalta-se que os servidores são divididos em equipes de cumprimento: 1- Equipe que trabalha nas ações penais antes da sentença (Sheila, Fabrício, Lael e Ivanildo); 2- equipe que trabalha nos cumprimentos de sentença – julgados e não baixados- (Paula Heloisa, Simone e Paula) e 3- medidas protetivas (Kátia e Vitor). Os processos de réu preso e urgências ficam concentrados em um único servidor (Aline). As atribuições possuem rotatividade semestral, com exceção do atendimento ao público que requer uma rotatividade com prazo menor entre os servidores.

##### **GABINETE:**

São distribuídos os trabalhos de minutas de atos entre os servidores, organizando na ordem de urgência e cronologia. Além da atividade de minutas, os servidores do gabinete desenvolvem a atividade de leitura de Agrupadores do PJe, direcionando os processos para as atividades pendentes, e desenvolvem trabalhos em cima das listas de PP+100, baixa processual e das metas estipuladas pelo CNJ.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

#### **4. DADOS ESTATÍSTICOS:**

##### **4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:**

**Data da coleta de dados pela Unidade: 20 / 10 / 2023**

<b>Dados processuais</b>	<b>Total no período do preenchimento do questionário</b>	<b>Total na data da Inspeção</b>
Total de processos que compõem o acervo ativo	4.087	4.115
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	797	803
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	4.884	4.918
Total do acervo com prioridade	2.313	2.302
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	71	131
Total de processos conclusos para o(a) magistrado (a)	271	224
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	00	00
Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	00	00
Total de processos julgados e não	Dado não coletado	783





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

baixados	em razão de erro no Painel de Gestão Judiciária.	
----------	--	--

#### 4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/distribuição/redistribuição)*

Processos judiciais	Quantidade
Total de processos distribuídos e redistribuídos	926
Total de processos julgados	636
Total de processos baixados definitivamente do acervo	3.627

#### 4.3. PRODUTIVIDADE DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NOS ÚLTIMO 03 (TRÊS) MESES:

*\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária/identificar a produtividade individualizada por magistrado que tenha atuado na Unidade no período*

Atos processuais dos(as) Juízes/Juíz	Quantidade
Decisões interlocutórias	3.025
Despachos	94
Sentenças com resolução de mérito	508
Sentenças sem resolução de mérito	86
Audiências realizadas	157

### **5. METAS NACIONAIS:**

**5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**Unidade? Em caso positivo, anexar cópia.**

**Anotação da Unidade:** O trabalho é realizado de forma conjunta pela Secretaria e Gabinete. Não há plano de ação.

**Observação da Corregedoria:** A Unidade se encontra com índice de não cumprimento da Meta 1, com diferença de mais de 900 feitos mais



distribuídos que julgados.

**6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:**

**6.1. Sobre o fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:**

- a. (X) Fluxo processual: triagem, conferência e correção de cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. ( ) Conferência e registro de todas as informações de todos(as) os(as) réus(rés) (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*)
- c. (X) Análise, controle e tempo médio para análise de processos vindos do Gabinete;
- d. (X) Movimentação processual;



- e. ( ) Elaboração de minutas e revisão;
- f. (X) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- g. ( ) Gestão do acervo: são controlados os prazos de vencimento de benefícios?
- h. (X) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. ( ) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "Informações Criminais"

**6.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo?** *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

**Anotação da Unidade:** Não.

**6.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta "Balcão Virtual"?** *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

**Anotação da Unidade:** São 04 modalidades de atendimento ao público realizadas pela Vara: o balcão em secretaria, o balcão virtual, o atendimento telefônico e via Whatsapp.

Dois servidores da Secretaria são destacados para a realização dos



atendimentos, pois há uma grande demanda por atendimento, tanto no balcão virtual, quanto via atendimento telefônico.

**Observação da Corregedoria:** A Unidade foi acionada pela Corregedoria Geral através do Balcão Virtual no dia 25/10/2023, às 10:23hs, tendo havido atendimento satisfatório.

**6.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)?** *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação do nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da prisão, estabelecimento de custódia, última movimentação e data da mais recente revisão da necessidade de prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP)*

**Anotação da Unidade:** A unidade possui 12 processos envolvendo réus presos provisórios. Os processos são identificados com a etiqueta 'REU PRESO. PROVISORIO', além do ícone da algema no processo. Ademais, a unidade possui relatório próprio para o controle em formato excel, conforme anexado.

**Observação da Corregedoria:** A Secretaria encaminhou planilha excel através da qual realiza o controle dos processos que envolvem réus presos provisórios, havendo 13 (treze) presos na planilha (data de 20/10/2023). No sistema PJE a Unidade utiliza diversas etiquetas para controle dos feitos envolvendo réus presos. No dia da inspeção a etiqueta "preso provisório" apontava 10 (dez) processos nesta condição. Há etiquetas que necessitam ser verificadas, a exemplo de "preso por outro processo", identificada em duplicidade, uma indicando 21 processos e outra 02 processos. Há ainda, etiqueta "preso" (01) processo e "preso provisório", conforme dito,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

apontando 10 (dez) processos.

The screenshot displays a software interface for managing prisoner cases. On the left, under the heading 'ETIQUETAS' (Tags), there is a search bar containing the word 'preso'. Below it is a list of 15 tags, each with a checkbox and a magnifying glass icon. The tags include: 'CUMPRIDAS - de PRESO', 'PRESO', 'PRESO CONDENADO, com GUIA DE RECOLHIMENTO DEFINITIVA b/ VEP', 'PRESO PROVISÓRIO', 'PRESO PROVISÓRIO, APELAÇÃO, FALTA RETIFICAR E REMETER', 'PRESO PROVISÓRIO, APELAÇÃO, FALTA RETIFICAR E REMETER', 'PRESO PROVISÓRIO, com GUIA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA', 'PRESO PROVISÓRIO, com GUIA DE RECOLHIMENTO Provisória exp.', 'PRESO PROVISÓRIO, com GUIA DE RECOLHIMENTO Provisória exp.', 'PRESO PROVISÓRIO, com SENTENÇA CONDENATORIA', 'PRESO PROVISÓRIO, falta expedir GUIA DE RECOLHIMENTO', 'PRESO SENTENCIADO', 'PRESO por OUTRO PROCESSO', 'PRESO por OUTRO PROCESSO', and 'expedido ALVARÁ DE SOLTURA verificar INFOPEN antes de dar entrada de PRESO'. On the right side, there is a sidebar titled 'Encontrados 10 processos:' (Found 10 processes:), which lists several case numbers and their corresponding judicial units, such as 'APCIV 0801683-47-2023.8-PA', 'APCIV 0801448-91-2023.8-PA', and 'APCIV 0801196-89-2023.8-PA'.

**6.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)**

**Anotação da Unidade:** Não há presos provisórios tramitando há mais de 180 dias. Sim, é rotina de trabalho realizar a revisão de manutenção de prisão cautelar.

**Observação da Corregedoria:** De acordo com a planilha de réus presos encaminhada pela Unidade, o réu preso com data mais antiga é relacionado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

aos autos n. 0008143-37.2016.8.14.0006, preso desde 14/06/2023, custodiado em estabelecimento prisional na cidade do Maranhão.

**6.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento?**

*(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)*

**Anotação da Unidade:** 40 dias

**6.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?**

**Anotação da Unidade:** Não se aplica.

**7. MANDADOS/CENTRAL DE MANDADOS/CARTAS PRECATÓRIAS:**

**7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**7.2. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos(as) oficiais(las) de justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**Anotação da Unidade:** Quando o servidor se depara com um processo com prazo extrapolado para o cumprimento de mandado por Oficial de Justiça é realizada a cobrança via e-mail. Também foi criado um grupo de Whatsapp, onde estão presentes os diretores de secretaria e o chefe da Central de mandados, que tem por finalidade facilitar a cobrança dos mandados atrasados.

**7.3. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**7.4. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da Secretaria (vide Ofício Circular nº 19/2023-CGJ).**

**Anotação da Unidade** É realizada semestralmente com a ajuda da Central de Mandados. No ícone expediente da secretaria constam 78 mandados pendentes.

**Observação da Corregedoria:** De acordo com o PJE, a Unidade possui **544** mandados pendentes de devolução, alguns expedidos há mais de 06 (seis) meses e que necessitam ser depurados.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Processo	Assunto	Valor	Valor	Valor	Valor
0804702-05.2022.8.14.0006	RECURSO EM HABEAS CORPUS	1000000	1000000	1000000	1000000
0807450-73.2023.8.14.0006	RECURSO EM HABEAS CORPUS	1000000	1000000	1000000	1000000
0806718-63.2021.8.14.0006	RECURSO EM HABEAS CORPUS	1000000	1000000	1000000	1000000
0008030-49.2017.8.14.0006	RECURSO EM HABEAS CORPUS	1000000	1000000	1000000	1000000

**7.5 Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?**

**Anotação da Unidade:** Nos processos que envolvem o cumprimento “não urgente” encaminhamos o mandado com antecedência de 40 dias, no mínimo.

**7.6. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?**

**Anotação da Unidade:** O controle das Cartas Precatórias é realizado através das etiquetas “aguardando devol. CARTA PRECATÓRIA e aguardando devolução. CARTA PRECATÓRIA para CITAÇÃO”. Há, atualmente, quatro processos que estão aguardando a devolução da carta precatória há mais de 03 meses (processo 0804702-05.2022.8.14.0006 (expedida em 16/06/2023), processo 0807450-73.2023.8.14.0006 (30/06/2023), processo 0806718-63.2021.8.14.0006 (25/07/2023) e processo 0008030-49.2017.8.14.0006 (28/07/2023), foram realizadas as cobranças de devolução das cartas aos Juízos Deprecados, mas não foi feita comunicação à Corregedoria.

**Observação da Corregedoria:** De fato, a Unidade realiza controle das





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

cartas precatórias através de etiquetas, contudo, verifica-se a necessidade de uniformização, considerando a identificação de etiquetas em duplicidade, com o mesmo propósito, apostas em processos diferentes. Exemplos: a etiqueta "aguardando dev. DE CARTA PRECATÓRIA" (inserida em 07 processos) e "aguardando dev. de CARTA PRECATÓRIA" (inserida em 02 processos); a etiqueta "aguardando dev. de CARTA PRECATÓRIA para CITAÇÃO" (inserida em 04 processos) e "expedida CARTA PRECATÓRIA. Finalidade: CITAÇÃO" (nenhum processo).

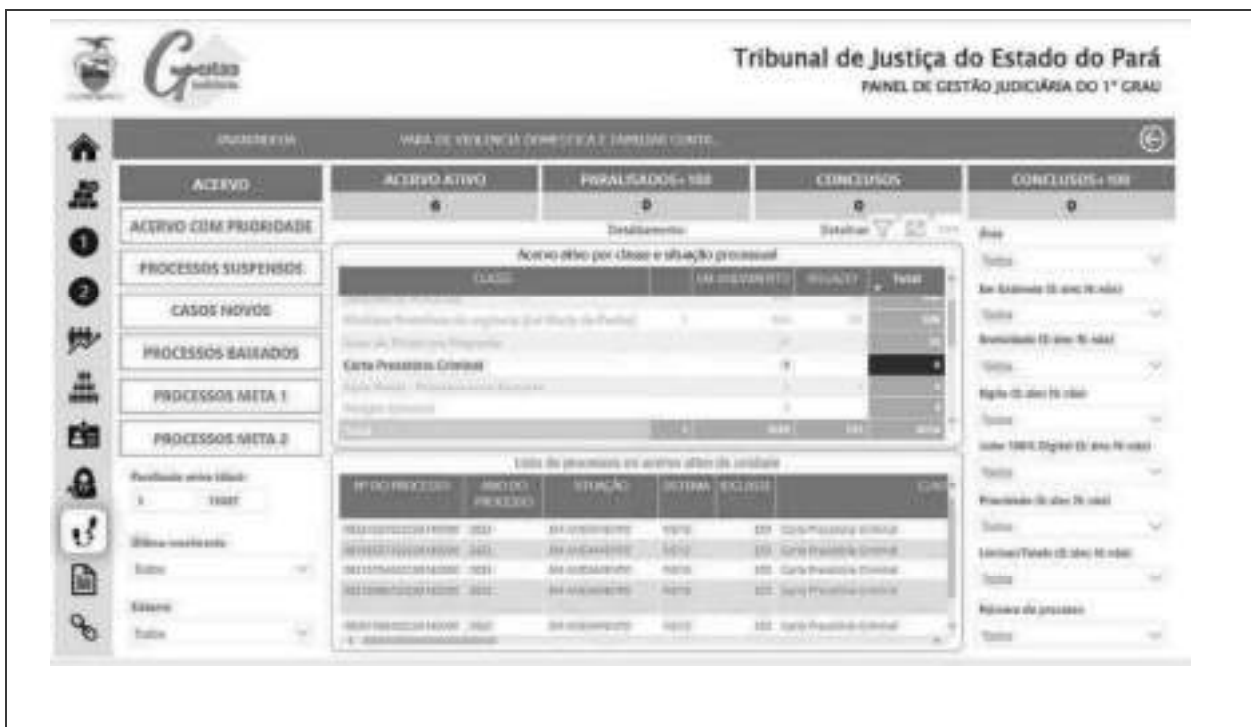
**7.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.**

**Anotação da Unidade:** Não

**Observação da Corregedoria:** De acordo com os dados do Painel de Gestão Judiciária, a Unidade possui 06 (seis) cartas precatórias ativas, todas do ano de 2023. A carta com data mais antiga de distribuição é a de n. 0809798-64.2023.814.0006, na qual é deprecante o Juízo de Direito do Juizado da violência Doméstica e Familiar contra a mulher do Foro Regional de Bangu-RJ, distribuída em 05/05/2023, com a finalidade de citação do réu. Certidão lavrada no mandado de intimação informando a não localização do réu juntada aos autos em 10/10/2023.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



## **8. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:**

**8.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP? A Unidade realiza diligente e eficientemente a verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? Os dados relacionados aos presos provisórios, procurados, réus beneficiados com alvará de soltura, possíveis RJIs duplicados e óbitos e se encontram devidamente regulares no BNMP? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**Observação da Corregedoria:** No dia da Inspeção, o BNMP apontava que a Unidade possuía 12 (doze) *presos provisórios* e 33 (trinta e três) presos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

com status “procurado”.

0 Informados	12 Processos	Outros Status
0 Informado Preso	12 Processos	22 Procurado
0 Informado Execução Preso	0 Priso Civil	9 Forçado
0 Informado Execução Definitiva	2 Priso Condição em Execução Preso	1 Moru
	4 Priso Condição em Execução Definitiva	290 Em liberdade

**8.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos de réu preso, em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**8.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ, de 20/09/2021?**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**8.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação**



---

**criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**8.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou ao Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?**

**Anotação da Unidade:** Ainda não foi observada essa situação.

## **9. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:**

**9.1. De que forma é realizado/identificado o controle dos prazos prescricionais nos processos em tramitação na Unidade, de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)**

**Anotação da Unidade:** Sim, inclusive foi realizado um plano de trabalho entre os servidores da unidade para criar lembretes nos processos com o controle de prazo prescricional. Além do plano de trabalho, a criação de lembretes para o controle prescricional é rotina de trabalho entre os servidores do Gabinete.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**Observação da Corregedoria:** Da análise do PJE verificou-se diversas etiquetas para controle de prazo prescricional, sem padrão ano/mês. Há, inclusive **37** processos com etiqueta “prescrito”.



**9.2 Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB?** (*Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal*)

**Anotação da Unidade:** No mês de julho de 2023.

**Observação da Corregedoria:** De acordo com os dados do PGJ, a Unidade possui 800 (oitocentos) processos suspensos.

**9.3. Em processos que se encontravam suspensos, a Unidade observa**



o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

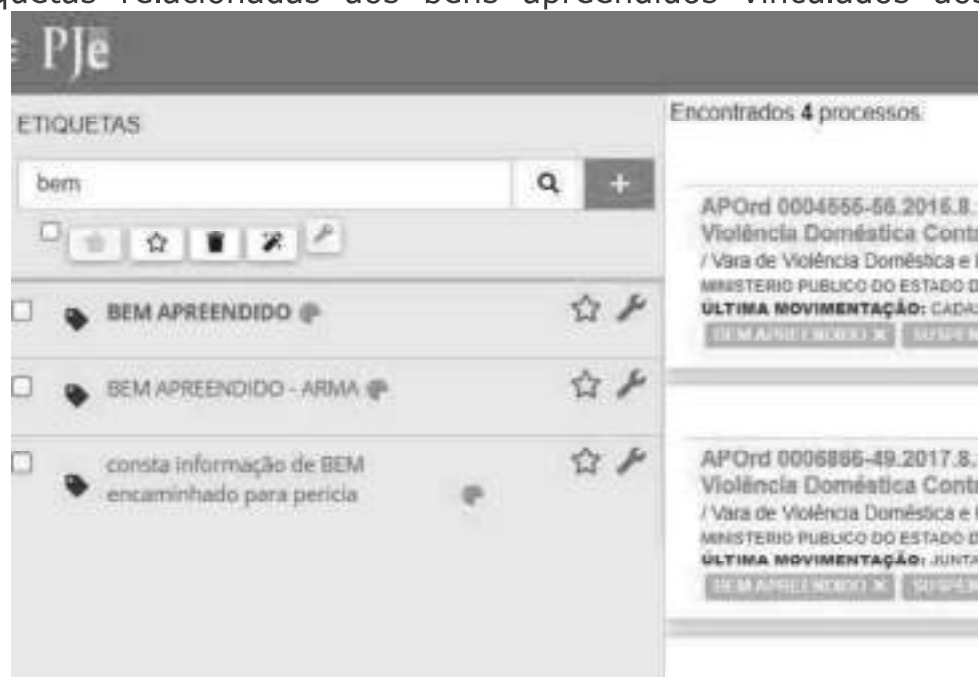
**Anotação da Unidade:** Sim.

## **10. BENS APREENDIDOS:**

**10.1. De que forma a Unidade realiza identificação no PJE dos processos que possuem bens apreendidos vinculados?**

**Anotação da Unidade:** Através das etiquetas BEM APREENDIDO e BEM APREENDIDO- ARMA.

**Observação da Corregedoria:** Na análise do PJE identificou-se as seguintes etiquetas relacionadas aos bens apreendidos vinculados aos processos em tramitação.





**10.2. Há passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) em que há pendência de registro de sua destinação (destruição/devolução/perdimento/etc.), após eventuais providências determinadas pelo(a) magistrado(a) nos autos criminais, em cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI (Ofício circular n. 54/2022-CGJ)? A Unidade está realizando o cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)**

**Anotação da Unidade:** A unidade está com dificuldade para realizar o cadastro de bens apreendidos no novo sistema SNBA. Importante destacar que até o ano de 2022 a Vara possuía competência para atuar nos crimes de Violência Doméstica e Crimes Contra Criança e Adolescente, sendo a maioria dos bens apreendidos vinculados aos processos de Crime Contra Criança e Adolescente. Após a realização da Correição foi recomendado que a Vara realizasse o cadastro de todos os bens no novo sistema de bens apreendidos, contudo, como a quantidade de bens apreendidos no antigo sistema era significativa, houve a necessidade de primeiro se fazer um trabalho de consulta a cada processo e competência, e a partir da identificação dos processos de Violência Doméstica e Familiar com bens apreendidos fazer o cadastro no SNBA.

Observação da Corregedoria: No SNBA a Unidade possui 69 (sessenta e nove) bens cadastrados com status "a definir" que demandam a adoção de providências de atualização quanto à sua destinação ou, em caso de não destinados, migração dos dados para o SNGB – Sistema Nacional de Gestão de Bens.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

### Pesquisar Bems

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1ª GRAU - TJPW

Comarca: ANANINDEUA

Varas e Juizados Estaduais: VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE ANANINDEUA

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00010704020158140006
Armas e acessórios	Pistola	1	-	00013112220158140006
Armas e acessórios	Pistola	1	-	00013112220158140006
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00013112220158140006
Armas e acessórios	Pistola	1	-	00028836020178140097
Armas e acessórios	Acessórios	1	-	00029746920168140006
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00050125420168140006
Armas e acessórios	Revólver	1	-	0005012542168140006
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	00050731220168140006
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00060244020158140006
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00064846120148140006
Armas e acessórios	Artesanal	1	-	90081892120198140006
Armas e acessórios	Revólver	1	-	0011202320168140006
Armas e acessórios	Pistola	1	-	00114243020188140006
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00120442520188140006

Número de registros: 69

Página 1 de 5

**10.3. Os servidores da Unidade realizaram o curso de capacitação do SNGB disponibilizado pela plataforma EAD da Escola Judicial do Estado do Pará e pela plataforma educacional do Conselho Nacional de Justiça?**

**Anotação da Unidade:** Os servidores não tiveram conhecimento do curso.

**Observação da Corregedoria:** Foi orientado durante a inspeção que os servidores da Unidade realizem o curso do SNGB, conforme publicizado pela Corregedoria Geral através do ofício circular 16/2023-CGJ.





## **11. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

**11.1. Consultando o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete restou constatado processos com etiqueta de prioridade?**

**Anotação da Unidade:** Não se aplica.

**11.2. Qual o controle estabelecido dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?**

**Anotação da Unidade:** Através da etiqueta PP+100 e do Portal de Gestão Judiciária.

**Observação da Corregedoria:** O controle é sempre feito pelo magistrado, assessor e pela diretora de Secretaria. Para maior celeridade nos julgamentos, o magistrado titular transcreve os pontos principais da audiência gravada e os memoriais são oferecidos em audiência.

## **12. DAS AUDIÊNCIAS:**

**12.1. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**Observação da Corregedoria:** As audiências são híbridas. Magistrado presencialmente no Fórum, e as duas Promotorias de forma remota, juntamente com a Defensoria Pública.

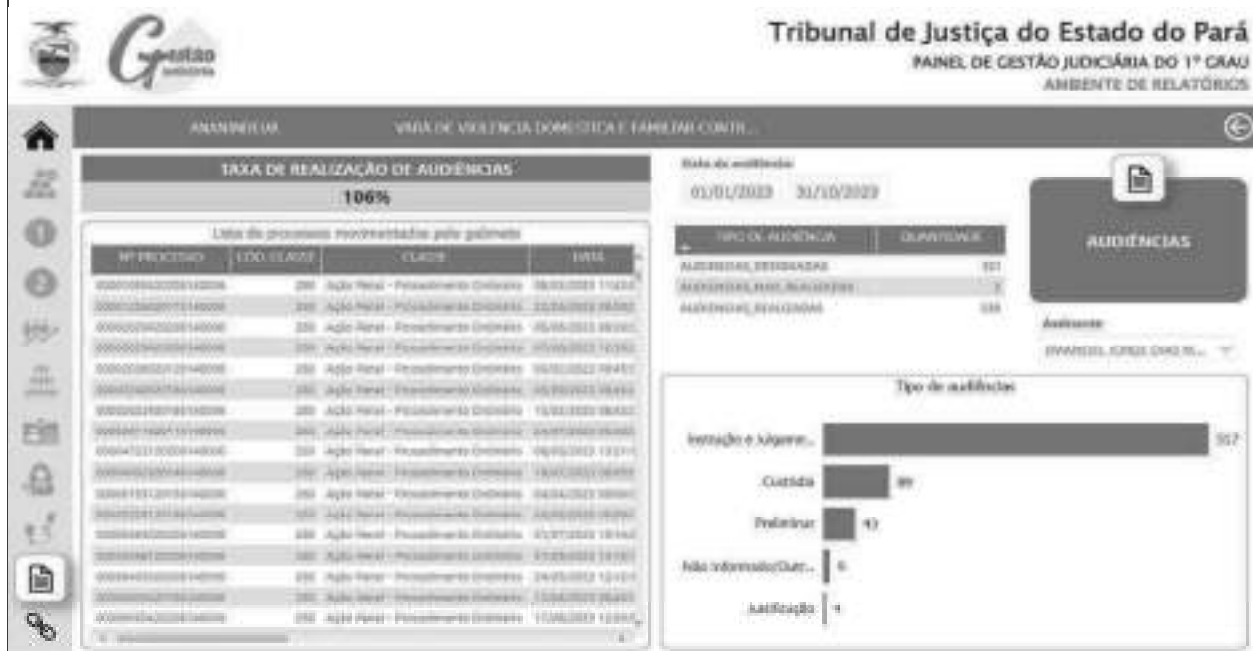
**12.2. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida. No processo em que ocorreu audiência não presencial consta**



### pleito das partes ou do Ministério Público?

**Anotação da Unidade:** No mês anterior, foram realizadas 04 audiências presenciais, 86 audiências híbridas e 0 audiências virtuais. Em todos as audiências, o Ministério Público e Defensoria Pública requereram a participação telepresencial nos termos do art. 4º da Resolução n. 21/2022 do TJPA, o que foi deferido pelo Juízo.

**Observação da Corregedoria:** O magistrado informou que designa em média 08 audiências de instrução por dia, de segunda à quinta-feira, e as sextas-feiras são designadas audiência de conciliação nas ações penais privadas. O magistrado informou que passará a designar 09 (nove) audiências por dia. O Painel de Gestão Judiciária aponta excelente taxa de realização de audiências pelo magistrado no ano corrente.



**12.3. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRM? (Resolução n. 2013/2015-CNJ - Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

**Anotação da Unidade:** Sim.

**12.4. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?**

**Anotação da Unidade:** 20/10/2023

**Observação da Corregedoria:** O magistrado informou que na semana da inspeção não houve demanda pela realização de audiência de custódia.

**12.5. Perfil da pauta:**

**a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?**

**Anotação da Unidade:** 99 audiências.

**b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?**

**Anotação da Unidade:** 14/11/2023.

**13. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:**

Não se aplica em razão da Comarca de Ananindeua possuir Vara privativa de Tribunal do Júri.

**14. EXECUÇÃO PENAL: PREJUDICADO**

**15. CORREIÇÃO ANUAL:**

**15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**Anotação da Unidade:** A última correição na unidade realizada pela Corregedoria no ano de 2020, sem registro no PJeCor. A última correição anual realizada pelo Magistrado ocorreu nos dias 06 à 10 de fevereiro de 2023, com o número de registro no PJeCor 0000734-55.2023.2.00.0814.

**Observação da Corregedoria:** Última correição realizada pelo magistrado registrada no PJECOR n. 0000734-55.2023.2.00.0814 foi arquivada em definitivo pela CGJ, conforme decisão proferida em 21/09/2023.

**15.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral que não foram integralmente cumpridas? Quais?**

**Anotação da Unidade:** Cadastro no novo sistema de bens apreendidos - SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos).

**16. DADOS ESTATÍSTICOS:**

**Tarefas perfil PJE SECRETARIA**

Tarefas	4990
Filtros <b>Exemplo</b>	
Aguardando publicação no DJEN	1
Analisar manifestação parcial	4
Comunicação realizada pelos correios	1
Encerrar prazo manualmente	1
Processo com prazo em curso	7
[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior	156
[CRIM] Aguardando inquérito	1
[CRIM] Aguardando prazo	1058
[CRIM] Aguardar realização de audiência	308
[CRIM] Arquivar processo	3
[CRIM] Avaliar expedição de documento	16
[CRIM] Confirmar ato de decisão inicial	3
[CRIM] Confirmar ato de decisão	8

Tarefas	4160
Filtros <b>Exemplo</b>	
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	3
[CRIM] Confirmar minuta de documento	2
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão inicial	2
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão	490
[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho	31
[CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento	25
[CRIM] Cumprir decisão em audiência	28
[CRIM] Cumprir determinação sobre desarquivamento	1
[CRIM] Designação de audiência	208
[CRIM] Encerrar expedientes (manualmente)	1
[CRIM] Encerrar expedientes	2
[CRIM] Minutar análise de desarquivamento	1
[CRIM] Minutar ato de audiência	2



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Tarefas	4990
Filtros <b>Exemplo</b>	
[CRIM] Minutar análise de desarquivamento	1
[CRIM] Minutar ato de audiência	2
[CRIM] Minutar ato de decisão inicial	1
[CRIM] Minutar ato de decisão	204
[CRIM] Minutar ato de julgamento	2
[CRIM] Minutar documento	100
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal	223
[CRIM] Preparar comunicação	11
[CRIM] Processo suspenso	707
[CRIM] Recolhimento de instância superior	1
[CRIM] Verificar manifestação inquérito	0
[CRIM] Verificar manifestação:	257
[CRIM] Verificar providência a adotar	854

### Tarefas perfil PJE GABINETE

Tarefas	837
Filtros <b>Exemplo</b>	
[CRIM] Aguardar realização de audiência	308
[CRIM] Confirmar ato de decisão inicial	3
[CRIM] Confirmar ato de decisão	9
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	9
[CRIM] Designação de audiência	298
[CRIM] Minutar análise de desarquivamento	1
[CRIM] Minutar ato de audiência	2
[CRIM] Minutar ato de decisão inicial	1
[CRIM] Minutar ato de decisão	204
[CRIM] Minutar ato de julgamento	2



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Processos julgados e não baixados

**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU  
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

AMARRÉM VARA DE VELOCIDADE DOMÉSTICA E FAMILIAR CIVIL

### JULGADOS E NÃO BAIXADOS

783

Resumo de processos julgados e não baixados

CLASSE	QUANTIDADE
Medidas Protetivas de Urgência Delimitadas	506
Ação Penal - Procedimento Delimitado	276
Ação Penal - Procedimento Sumário	1
Ação Penal - Procedimento Extrajudicial	0
<b>Total</b>	<b>783</b>

Lista de processos julgados e não baixados

NUM. PROCESSO	CLASS. CLASSE	EXTRAJUDICIAL	CLASSE	ACÓRDÃO	DATA MOVIMENTO
00000790000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	01
00000800000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	02
00000810000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	03
00000820000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	04
00000830000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	05
00000840000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	06
00000850000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	07
00000860000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	08
00000870000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	09
00000880000000000000	281	0010	Ação Penal - Procedimento Delimitado	0000 - Mulheres Domésticas Cansas e Mulher	10

**JULGADOS E NÃO BAIXADOS**

Mostrar do processo: Todos

Gratuidade (0 a 499 R\$): Todos

Idade (0 a 99 R\$): Todos

Justiça 100% Digital (0 a 99 R\$): Todos

Previdência (0 a 99 R\$): Todos

Processos suspensos

**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

AMARRÉM VARA DE VELOCIDADE DOMÉSTICA E FAMILIAR CIVIL

### CASOS SUSPENSOS

800

Lista de processos suspensos

NUM. PROCESSO	DATA MOVIMENTO	EXTRAJUDICIAL	CLASSE	CLASSE
00000890000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000900000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000910000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000920000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000930000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000940000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000950000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000960000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000970000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000980000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00000990000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001000000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001010000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001020000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001030000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001040000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001050000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001060000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001070000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001080000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001090000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado
00001100000000000000	2010	0010	001	Ação Penal - Procedimento Delimitado

**CASOS SUSPENSOS**

Mostrar do processo: Todos

Sistema: Todos

Idade: Todos

Mostrar do processo: Todos



---

## **17. CONCLUSÃO:**

A Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ananindeua foi instalada após a edição da Resolução n. 27/2022-GP, de 30/11/2022, publicada no Diário de Justiça Eletrônico de 1º de dezembro de 2022. Antes da Resolução, a Unidade era denominada 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua e era competente para julgar os crimes relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e os crimes contra crianças e adolescentes da Comarca de Ananindeua.

A Vara é titularizada pelo magistrado Emanuel Jorge Dias Mouta desde 07/01/2020.

O magistrado realizou a auto correição da Unidade no ano de 2023 no prazo determinado no Provimento n. 04/2001-GGJ, conforme PJEOR n. 0000734-55.2023.2.00.0814.

A Unidade conta com 16 (dezesesseis) servidores efetivos, 01 (um) servidor exclusivamente comissionado e 02 (dois) estagiários. Na breve análise da produtividade dos servidores **merece destaque a servidora Simone Socorro da Silva Sampaio**, no que se refere à alta performance no cumprimento de atos no sistema PJE, traduzindo zelo e dedicação no desempenho de suas funções, contribuindo de forma significativa para o aumento da produtividade na Unidade judiciária em que atua. Nesse sentido, desempenhos como os constatados na presente Inspeção devem ser valorizados e estimulados, razão pela sugere-se ao Corregedor-Geral de Justiça que solicite à Presidência do TJPA o registro de elogios nos assentos funcionais da servidora, com o reconhecimento deste Órgão Correicional ao seu comprometimento com as funções que exerce no Poder Judiciário.

Tendo sido verificado durante a inspeção realizada na Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes da Comarca de Ananindeua, instalada após o desmembramento da 4ª Vara Criminal da Comarca, a necessidade de pontual



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

---

reforço (mutirão) para cumprimento dos atos de Secretaria daquela Unidade, foi realizada sugestão ao magistrado Emanuel Jorge Dias Mouta de que autorizasse pelo menos 03 (três) servidores da Vara de Violência Doméstica e Familiar a prestarem auxílio remoto à Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes, tendo o magistrado assentido com a proposta.

Através do sigadoc PA-MEM-2023/58828, a organização do mutirão foi formalizada pela magistrada Adelina Luiza Moreira Silva e Silva, titular da Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes da Comarca de Ananindeua, tendo sido deferido pela Presidência do TJPA, que no período de 03 (três) meses, de novembro/2023 a janeiro/2024 fosse prestado o auxílio remoto, com a contraprestação de adicional de tempo integral aos servidores participantes.

A Vara de Violência Doméstica e Familiar de Ananindeua conta com espaço de Gabinete do Juízo e Secretaria bens instalados, o acervo ativo é composto de **4.115** (quatro mil, cento e quinze) processos ativos e **803** (oitocentos e três) processos suspensos.

Na data da Inspeção havia **224** (duzentos e vinte e quatro) processos conclusos, nenhum há mais de 100 dias. Dos 131 processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias, foi informado que muitos se encontram com a Equipe Multidisciplinar, conforme listagem apresentada e que comporá o presente relatório.

Há 22 (vinte e dois) processos em tramitação na Unidade relacionados ao crime de feminicídio.

Com relação às Metas Nacionais, as Metas 2 e 8 já se encontram cumpridas, com índices, respectivamente, de 123,43% e 138,97%.

A Meta 01 não se encontrava cumprida, na data da inspeção o índice de cumprimento era de 73,80%.

Há **69** bens cadastrados no SNBA pendentes de destinação e há bens vinculados a feitos que tramitam na Unidade acautelados no Fórum da Comarca pendentes de destinação.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Há mandados pendentes de depuração no PJE pela Unidade.

A taxa de realização de audiências do magistrado encontra-se em excelente índice no ano de 2023 até a data da Inspeção.

Verificou-se a necessidade de ajustes e padronizações nas etiquetas utilizadas no sistema PJE, especialmente as relacionadas ao controle dos processos envolvendo réus presos provisórios, cartas precatórias e prazos prescricionais, dada a duplicidade de tipos de etiquetas com o mesmo objetivo.

O Juízo realiza a revisão da manutenção da prisão cautelar no prazo legal.

Recomendou-se aos servidores que não descurem da manutenção do controle dos dados inseridos no Banco Nacional de Mandados de Prisão, bem como nos réus que se encontram com status "procurado" no referido sistema.

No dia 29/10/2023 foi realizado workshop com os servidores e magistrado da Unidade, ocasião em que a servidora Noemy Carvalho, Assessora Técnico Administrativo da Corregedoria, com atuação da área de Informática, saneou dúvidas quanto ao manuseio das ferramentas do sistema PJE e o servidor Gleison Furtado, do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística saneou dúvidas sobre o Painel de Gestão Judiciária.

### **Workshop sobre ferramentas do PJE**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**Workshop sobre o Painel de Gestão Judiciária**



**18. REGISTROS FOTOGRÁFICOS:**

**Vista geral de parte da sala da Secretaria**



**Bens vinculados aos feitos da Unidade acautelados em sala do Fórum**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**19. ANEXOS:**

- Controle da Unidade dos processos envolvendo réus presos provisórios;
- Listagem de processos aguardando análise da Equipe Multidisciplinar.

Registra-se que a inspeção correicional transcorreu dentro da normalidade, havendo na coleta de dados a colaboração do magistrado Emanuel Jorge Dias Mouta e dos servidores que laboram na Unidade, todos receptivos às sugestões propostas para melhora da prestação jurisdicional, e registramos o perfil de Gestor do Magistrado, bem como da Diretora de Secretaria com a equipe de servidores comprometida com a prestação jurisdicional.

Sendo as considerações a serem realizadas, submete-se este relatório à deliberação final do Exmo. Sr. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor-Geral de Justiça.

Ananindeua, Pa, 12 de dezembro de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919

Assinado de forma digital por ANA ANGELICA  
ABDULMASSIH OLEGARIO:7919  
Dados: 2023.12.12 07:00:03 -03'00'

**Ana Angélica Abdulmassih Olegário**

Juíza Corregedora

TATYANE CRISTINA GARCIA DA  
SILVA:66193290206

Assinado de forma digital por TATYANE CRISTINA  
GARCIA DA SILVA:66193290206  
Dados: 2023.12.12 16:15:45 -03'00'

**Tatyane Cristina Garcia da Silva**

Servidora da Corregedoria Geral